

GRANDES CORPOS POLÍTICOS COMO COMUNIDADES ESTRESSADAS*

PETER SLOTERDIJK

Tradução:

DANIEL CARVALHO
Doutorando em Filosofia – UFMG

THIAGO MOTA
Doutorando em Filosofia – UFC

* Originalmente publicado sob o título: Politische Großkörper als Stresskommunen. In: SLOTERDIJK, Peter. *Stress und Freiheit*. Suhrkamp: Berlin, 2011, pp. 7-14.

É um lugar comum antigo e consagrado considerar que a filosofia e a ciência se originam do espanto. Assim, Platão deixa que seu Sócrates diga que o espanto ou a admiração, é o único começo da filosofia¹. Aristóteles lhe responde em uma célebre passagem, ao afirmar: “É graças ao seu espanto que os homens, hoje como antigamente, começam a filosofar”². Eu confesso que essas frases sonoras sempre me pareceram um pouco suspeitas. Embora eu lide com literatura filosófica e científica há aproximadamente cinquenta anos, e tenha conhecido um grande número de autores de diversos campos das ciências – seja como leitor ou em encontros pessoais – nunca me deparei com uma pessoa, talvez com uma única exceção, em todo esse tempo, de quem pudesse ter afirmado seriamente que a sua atividade espiritual teve início com o espanto. Pelo contrário, parece que é como se a ciência organizada e a filosofia vertida em instituição tivessem tomado a forma de uma campanha contra o espanto. As pessoas do saber, os atores da campanha, mantêm-se há muito escondidos sob a máscara da não impressionabilidade – isso foi chamado algumas vezes de “resistência ao assombro”. De uma maneira geral, a atual cultura de conhecimento se apossou completamente da postura estoica do *nihil admirari*. Se já as doutrinas de sabedoria antiga gravavam na memória de seus adeptos a regra de não mais se admirar com nada, somente nos tempos modernos essa máxima alcança seu objetivo. No século XVII, Descartes já havia caracterizado o *estonnement* como uma afecção da alma inteiramente negativa, como uma confusão desagradável e indesejada que devia ser superada por meio de esforço mental³. O desenvolvimento de nossa cultura de racionalidade está de acordo, nesse ponto, com seus cofundadores. Tivéssemos que fazer notar em algum lugar de nossa época ainda algum vestígio do alegado *thaumazein* originário, do deter-se atônito diante de um objeto inaudito, então podemos estar certos de que ele se deve a uma voz isolada ou à palavra de um leigo – os especialistas dão de ombros e passam à ordem do dia.

Isso se aplica às ciências sociais como a nenhuma outra disciplina. De acordo com os seus padrões internos, podemos descrevê-las como uma zona resolutamente livre de espanto. Isto é, quando se reflete bem sobre o assunto, uma descoberta bizarra, pois se há algo que deva reivindicar uma aspiração incondicional ao espanto do leigo e à admiração dos eruditos, esse algo é a existência daqueles grandes corpos políticos, que antigamente chamávamos de povos e que hoje, em função de uma discutível convenção semântica, designamos como “sociedades”. Em geral, pensa-se com essa palavra as populações dos

¹ Platão, *Teeteto*, 155d.

² Aristóteles, *Metafísica* I, 2, 982b.

³ René Descartes, *Tratado das paixões da alma*. Art. 73: “O espanto é uma admiração exagerada que só pode ser sempre do mal”. (Tradução nossa da tradução de Sloterdijk).

Estados nacionais modernos, dentre os quais unidades políticas grandes e muito grandes, com volumes demográficos entre vários milhões e mais de um bilhão de integrantes. Nada deveria ser mais espantoso do que a subsistência de agrupamentos de milhões e bilhões de pessoas em seu invólucro cultural e nacional, com suas múltiplas subdivisões internas. Deveríamos ficar chocados com esses exércitos permanentes compostos por grupos políticos que, não se sabe como, sempre conseguem dar um jeito de prover seus integrantes com a convicção, baseada em uma situação e uma história pregressa comuns, de que, atualmente, eles são sócios ligados uns aos outros de maneira fatal e, portanto, compartilham de direitos e participam de projetos de sobrevivência locais. O espantoso nesses objetos extrapola o limiar do concebível assim que percebemos que não são poucos os grandes corpos [*Großkörper*] políticos do nosso novo tempo – digamos desde o início das civilizações ocidentais liberais no século XVII – que foram formados por populações com tendências individualistas crescentes. Por “individualismo” designo aqui a forma de vida que afrouxa a integração dos indivíduos ao coletivo e que põe em questão o aparente absolutismo de tempos imemoriais do ser comum, ao atribuir a cada ser humano individual a dignidade de um *Absolutum sui generis*. Nada é mais espantoso do que a permanência de civilizações cujos membros estão, na sua maioria, imbuídos da convicção de que sua própria existência tem, em última instância, uma dimensão mais real do que tudo aquilo que a circunda do lado do coletivo.

No que segue, gostaria – na contramão da corrente de indiferença dominante na ciência política e da sociologia – de pôr em prática um exercício do espanto no qual se torna possível fazer um pouco mais de justiça ao abismal caráter espantoso das formas de vida contemporâneas. Uma civilização como a nossa, baseada na integração de populações individualistas em gigantescos corpos políticos, é uma improbabilidade elevadíssima que existe realmente. Em geral, remete-se a existência de unicórnios ao reino das fábulas; pois bem, o animal mítico de milhões de cabeças que realmente existe, a “sociedade”, tomamo-la como uma evidência. Em todo caso, compreende-se que a estabilidade dessas grandes estruturas não está garantida. A durabilidade das formas de vida atuais é cada vez mais percebida como problemática pelos próprios sócios – fosse diferente, as elites dos subsistemas sociais não estariam, já há algum tempo, discutindo acerca da sustentabilidade de seu *modus vivendi*. Sem dúvida, a palavra “sustentabilidade” [*Nachhaltigkeit*] representa o sintoma semântico central da crise civilizacional contemporânea: ela nos atormenta, nos discursos dos encarregados, como um tique neurótico indicativo de tensões não resolvidas em nossos sistemas pulsionais.

A sustentabilidade responde ao mal-estar que se infiltra em nosso existir na civilização tecnológica como um sentimento de insustentabilidade crescente. Esse sentimento é inseparável da constatação de que que nossa “sociedade” – para empregar este conceito suspeito agora sem dar continuidade à sua problematização – foi capturada por um estresse autossuficiente [*Selbsterhaltungsstreß*], consagrado a resgatar nossas capacidades extraordinárias.

Temos assim toda razão em nos preparar para uma virada do pensamento no que concerne ao animal mítico real “sociedade”. Uma teoria plausível da sociedade só pode funcionar como teoria de improváveis grandes corpos ou, se se quiser, física social de agências em rede. A teoria dos grandes corpos forma um composto de teoria do estresse [*Streßtheorie*], teoria da mídia, teoria do crédito, teoria das organizações e teoria das redes. Eu quero chamar atenção para a extrema relevância da concepção de estresse no contexto atual. No meu entender, os grandes corpos políticos que chamamos de sociedades devem ser concebidos, em primeiro lugar, como campos de força integrados pelo estresse, mais exatamente como auto-estressantes, como sistemas de preocupações que permanentemente se aprofundam. Esses sistemas só se mantêm na medida em que são capazes de sustentar, através da variação dos temas cotidianos e anuais, seu tom específico de intranquilidade. Deste ponto de vista, uma nação é um coletivo, que deu um jeito de se manter coletivamente na intranquilidade. Nesse coletivo, um fluxo mais ou menos intenso, embora contínuo, de temas estressantes precisa garantir a sincronização das consciências, a fim de integrar uma dada população em uma comunidade de preocupação e de excitação que se regenera dia a dia. Por isso, os meios de informação modernos são absolutamente indispensáveis para a produção da coerência nas comunidades estressadas [*Streß-Kommunen*] nacionais e continentais. Só a mídia está em condições de envolver coletivos divergentes e de voltagens inversas com uma oferta torrencial e incessante de temas irritantes. A função das mídias na sociedade de múltiplos meios integrada pelo estresse [*streß-integrierten Multi-Milieugesellschaft*] consiste em evocar e provocar os próprios coletivos, apresentando-lhes sugestões excitantes – dicas revoltantes, dicas ambiciosas, dicas arrogantes – que se renovam a cada dia e cada hora, toda uma variedade de ofertas que se dirigem ao sentimentalismo, à covardia e à indiscrição dos sócios. Entre essas ofertas os destinatários fazem suas escolhas diárias. A nação é um plebiscito cotidiano não sobre a Constituição, mas sobre a prioridade das preocupações. Na medida em que escolhem dentre as possibilidades dadas de estímulos sincrônicos, esses grandes grupos, estrebuchando em um nervosismo

duradouro perpetuado, reproduzem o éter da comunidade, sem o qual a coesão social – nem mesmo sua aparência – não poderia se originar em Estados de superfícies territoriais extensivas. Por certo, todo sistema social precisa de um fundamento em instituições, organizações e transporte; precisa cuidar da produção e do comércio de bens e serviços. Porém, a atualização do contexto social no sentimento dos sócios só pode ter sucesso através do estresse crônico simbolicamente produzido. Quanto maior o coletivo, mais intensas precisam ser as forças de estresse [*Streßkräfte*] que reagem contra a decomposição do coletivo inconciliável em uma colcha de retalhos composta por clãs e enclaves introvertidos. Uma vez que um coletivo é capaz de se excitar até pegar fogo por causa da representação que faz acerca de si mesmo, ele passou por seu teste de vitalidade. Ele faz aquilo que coletivos saudáveis podem fazer de melhor, ele se excita e, na medida em que se excita, prova o que tem que provar, a saber, que ele chega ao seu *optimum* sob estresse. Com isso, a questão acerca de se o coletivo é fechado e monocultural ou composto e multicultural deixou de exercer, já faz algum tempo, qualquer papel considerável.